

Špánková, Silvie

Ficção e História

In: Špánková, Silvie. *Literaturas africanas de língua portuguesa II, Antologia de textos literários*. 1. vyd. Brno: Masarykova univerzita, 2014, pp. 7-21

ISBN 978-80-210-6978-7; ISBN 978-80-210-6981-7 (online : Mobipocket)

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/131164>

Access Date: 16. 02. 2024

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

1. Ficção e História

Neste bloco serão apresentadas as obras escolhidas que incidem sobre a problemática da relação entre a ficção e a história. Como se trata de narrativas do fim do século XX, é de prever que tal relação não será ingénuo: em geral, são levados em conta os conceitos pós-modernos e pós-coloniais, não se abdica de tratamento irónico e paródico, ou de criação de mundos alternativos. Naturalmente, o diálogo intertextual propositadamente sublinhado constitui a base deste tipo da ficção moderna.

Pepetela: A Gloriosa Família

(1997, LA)

Pepetela (1941), nome literário de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, é um dos autores angolanos mais proeminentes que, através da sua obra de grande repercussão, reflete sobre a identidade angolana, sua história e complexidade. É autor de várias ficções que, por sinal, abordam a problemática histórica de um modo inovador e crítico, concretizando o conceito pós-moderno de metaficção historiográfica. A história deste romance, baseado na História Geral das Guerras Angolanas de António de Oliveira Cadornega, ocorre em Angola, durante a ocupação holandesa (1641–1648), centrando-se nos seis anos da vida de uma família mestiça, a de Baltazar Van Dum, o holandês residente em Luanda desde 1616, de sua mulher negra D. Inocência e seus filhos legítimos e “do quintal”. O fim do romance coincide com a reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá. Atenção é prestada às manobras diplomáticas de Van Dum que, identificando-se com os holandeses pela nacionalidade e simpatizando com os portugueses pela religião e estilo da vida, tenta proteger a família, bem como os seus negócios escravistas. Tal como acontece, por exemplo, nos romances do português Saramago, o autor resgata os lugares vazios da História oficial, atribuindo a voz a todos aqueles que ficaram excluídos da historiografia oficial e que assim, pelo poder da imaginação, personificam as figuras anónimas. O narrador é um escravo de Van Dum, um mudo e, segundo o seu dono, analfabeto, que oferece a sua versão dos acontecimentos, parodiando a História.

O major se despediu até logo à hora do habitual jogo de cartas e reentrou na casa ao lado do que fora o Colégio. Esse edifício, o maior da cidade alta, era chamado o Palácio, pois

antes os governadores moravam aí. Palácio não era, na minha fraca opinião, que nunca tinha visto nenhum. Edifício sem ao menos uma varanda grande no andar de cima, embora espaçoso, não merece o nome de palácio. Agora, neste tempo dos flamengos, albergava todos os oficiais superiores que não viviam na fortaleza do morro de S. Paulo, rebaptizado recentemente como morro de Amesterdão. Os mafulos ocupavam Luanda há cerca de cinco meses e já começavam a mudar o nome das coisas. Assim se sentiam mais confortáveis, vá lá entender porquê.

O meu dono começou a andar para casa e eu lá fui atrás, era para isso que existia. Não falou ao major da mijada que dera nos calções, devia ter vergonha. Mas era evidente. Eu não vi, quem sou eu para entrar na casa onde despacham os nobres directores da majestática Companhia das Índias Ocidentais? Tinha uma certa curiosidade em conhecer o director Nieulant. Diziam ser o melhor dos dois representantes da toda poderosa Companhia, fundada para colonizar os territórios à volta do Atlântico. Mas tive de ficar na rua, à espera de Baltazar Van Dum. Tudo o que possa vir a saber do ocorrido dentro do gabinete será graças à imaginação. Sobre este caso e sobre muitos outros. Um escravo não tem direitos, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa lhe não podem amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonegados, tapando os vazios.

E assim, posso facilmente adivinhar o ar amedrontado do meu dono, ao transpor a porta pesada da entrada, acompanhado dos dois escravos. Se houvesse acusação de conspiração ou traição, nem julgamento merecia, era enforcado no pátio da Fortaleza. Deve ter sido nessa altura que mijou nos calções. Ainda por cima nos melhores que tinha, de cetim debruado a ouro. Baltazar, mal foi avisado do perigo que corria, vestiu a primeira coisa que apanhou, por isso não é de estranhar que viesse sem meias, de botas altas e calções tufados e uma camisa de dormir sem casaco nem gibão. Como um pelintra, não fosse o ouro dos calções e as fivelas de ouro das botas. Mandou os dois escravos à frente dele, eu fui atrás. Como sempre. Se me pusessem dois pistolões à cinta ou um sabre, seria um esplêndido guarda-costas. Mas desarmado nem sei o que sou. Noutra altura, Baltazar viria em rede transportada aos ombros por quatro escravos, pois já não era um borra-botas qualquer. Tal era o susto que esqueceu a rede, a posição social, o mal parecer. Viemos a voar pelo alto das barrocas e entrámos na cidade alta pela calçada de Santo António. A tropa que ia prender o meu dono descia pela Calçada dos Enforcados. Assim nos desencontrámos, como mandara o major Tack. E o meu dono salvou a cabeça. Apenas mijou os calções. E só ele e eu soubemos, pois o mijo deve ter pingado directamente para dentro das botas, que esconderam o delito. Se caísse na alcatifa do Director seria bem mais grave. E o meu dono não sabe que eu sei. Como não sabe muitas outras coisas. Eu sei, é o que importa. Pena não ter visto a cara do director Nieulant, dizem é mais simpático que o Moortamer, o qual tem aspecto de estar sempre a cheirar merda, como o John e o David, ingleses que andam por aí. De facto, agora reparo, Moortamer tem mais aspecto de inglês do que flamengo, sempre incomo-

dados pela presença dos outros. Nieulant, pelo contrário, será como os italianos. Suponho apenas, não lhe vi a cara ainda desta vez.

Vamos agora aproximar-nos do Convento dos Franciscanos, neste momento abandonado, pois os frades fugiram com o governador e mais os Jesuítas do Colégio e os padres da Sé e os moradores todos desta cidade de Luanda. Levaram muitos escravos, mas a maior parte destes aproveitou as aberturas provocadas pela confusão e deixou donos e biquatás sozinhos, fugindo para as terras da rainha Jinga, à busca de protecção e liberdade. Luanda ficou vazia naquele 25 de Agosto de 1641. Vazia não, pois Dona Maria permaneceu na sua bodega, e uns tantos forros que não quiseram seguir os brancos. Arriscaram, esses. Os mafulos sabiam lá que eram forros, para eles negro é escravo, apanha-se e vende-se. Mas não os apanharam, estão ainda aí, livres como eram antes. Claro que houve quem os quisesse apanhar, tudo serve sempre para saque. Mas desconseguiram. As ordens do conde Maurício de Nassau, ao despachar os barcos de Pernambuco, eram claras, só podiam apanhar os verdadeiros escravos dos portugueses. Nesse aspecto respeitaram as ordens. Já menos as que diziam respeito ao saque. Entraram mesmo em todas as casas e igrejas, levaram o que podiam, o que ainda era muito pois os anteriores habitantes só tiveram uma noite para retirar as suas riquezas e na hora mais urgente lhes faltaram os escravos em fuga. O tenente-coronel James Henderson, que comandou o assalto à cidade, encolhia os ombros. Os directores da Companhia é que estavam histéricos, os soldados não saqueavam os portugueses, estavam a saquear Companhia, porque a Companhia financiava as operações militares para depois ficar com todos os bens. Desde então há ódio entre os directores e o comandante Henderson, acusado este de não ser fiel à Companhia. Por isso também o major ajudou o meu dono. Foi por amizade, mas não só. Ele, como militar de carreira e sangue, nunca podia ajudar um director a fazer mal a um patrício, embora que civil. E como os directores desconfiavam do meu dono, porque vivia com os portugueses nesta cidade já há vinte e cinco anos e era católico ainda por cima, havia que defender o meu dono só para chatear os directores. Isso mesmo acabou por reconhecer o major em conversa com Baltazar, mas mais tarde, bem mais tarde, eu é que estou a saltar de um tempo para o outro, pois é a única liberdade que tenho, saltar no tempo com a imaginação e assim tenho ido nesta caminhada para casa, saltitando da amizade do major para os negócios e o sofrimento que se passou e passa nesta terra, embora este seja de diminuir um pouco, melhor mesmo é imaginar coisas engraçadas, se for impossível imaginá-las boas.

(PEPETELA. *A Gloriosa Família*. Lisboa: D. Quixote, 1998, p. 14–16)

Pepetela: Lueji. O Nascimento de Um Império

(1990, LA)

Continuando o seu trabalho de reescrita dos acontecimentos históricos, o autor oferece, neste romance, uma versão do mito da fundação do império de Lunda no século XVI, em que o protagonismo cabe à rainha Lueji. O eixo temporal, no entanto, é duplo: a narrativa histórica insere-se na narrativa da contemporaneidade angolana, protagonizada pela bailarina Lu. Um dos traços característicos do romance é a sua imersão no mundo da Angola tradicional, num mundo de crenças, presságios, sinais, avisos de ancestrais e entidades divinas, apresentando-se a própria rainha Lueji como um elemento transgressivo (tenta “modernizar” a Lunda, livrando-a do peso excessivo da tradição, e usando, ambivalentemente, a tradição para a consolidação do poder).

A entronização de Lueji não teve o brilho da dos chefes anteriores. Ela mesma o quis e os Tubungo acharam bem, afinal era um soberano provisório. Mataram pouca gente para sacralizar o novo chefe, apesar de Lueji implorar ninguém seja morto, mas tradição é tradição e o sangue correu. Não houve grandes festas de rios de ndoka e ualua, montes e montes de carne para comer durante dias, noites seguidas de batuque e danças de roda animadas pelos bailarinos mascarados.

As grandes cerimónias foram dedicadas ao óbito de Kondi. Foi enterrado, acompanhado por quatro homens escolhidos pelos muatas para lhe fazerem companhia, o que Lueji também não pôde impedir. Os mundos e chingufos tocaram durante cinco dias para avisar da morte todos os súbditos que chegavam em grandes comitivas e acampavam à volta de Mussumba. As fogueiras à noite faziam um círculo de fogo em redor da capital. Os Tubungo e os familiares, pintados de branco pela pemba da purificação, presidiram todos os actos dedicados à memória do grande chefe e para que o seu espírito descansasse em paz e não viesse perturbar depois os vivos. Os choros do povo subiam para o céu sem nuvens da Lunda.

Depois do óbito, as comitivas ficaram para a entronização. Foi uma cerimónia simples, no grande tchota do Conselho e o povo à volta na praça. Lueji foi purificada pela pemba, recebeu o fogo sagrado que colocou à entrada da sala. Todos os fogos foram então apagados em Mussumba, só ficou o que ela acendeu. Todos teriam de o ir aí buscar com archotes, para acenderem os das suas casas. Lhe colocaram sobre os ombros o manto real de cor púrpura, vindo gerações atrás do lago salgado de Oriente, lhe entregaram o ceptro talhado em pau preto que ela segurou, pensando preferir uma rosa de porcelana. Sobre a cabeça lhe colocaram as miluínas do poder, ao pescoço o colar tchimba com a grande concha trazida também do Leste. Lhe entregaram depois o machadinho de duplo gume, símbolo de chefia, e o mupungo, espanta-

-moscas com sortilégios mágicos. Finalmente ela ergueu o braço acima da cabeça para todos verem o lukano sagrado que o pai lhe colocara no pulso. Todos bateram palmas e assim reconheceram nela a rainha.

Os irmãos não foram à cerimónia, mas na primeira fila estava Ndumba ua Tembo que sorria para ela, apesar da tradição que mandava todos os presentes manter a cabeça baixa, em sinal de respeito. Lueji se apercebeu da atitude de Ndumba, interpretou-a como um apoio naquele momento difícil e retribuiu o sorriso. Ninguém mais viu, mas o sangue pulsou mais forte nas veias do guerreiro.

Depois a rainha saiu da sala e o povo aclamou-a na praça. Os seios nus de Lueji pareciam mais firmes, atirados provocantemente para a frente, se destacando do colar. O povo, antes duvidoso da força do novo chefe, viu neles um desafio que o tranquilizou. E os gritos e assobios e palmas não paravam. Recebeu, ali mesmo, os presentes que as comitivas trouxeram de todas as partes do reino, agradecendo com uma ligeira vénia. Subiu para a liteira, transportada por doze guerreiros armados de porrinhos de guerra, escoltada por mais vinte ornados de plumas brancas. E avançou, por entre o povo em delírio. Foi render homenagem ao túmulo do seu pai e lá colocou duas figuras toscas de madeira, as mahamba, representando os ascendentes de Kondi. E regressou à casa grande que mandara construir durante os dias de óbito. Era a casa maior de Mussumba, feita de paus entrançados e barro vermelho, com uma varanda e esteiras a toda a volta. Uma paliçada rodeava a habitação e a nova casa da mãe dela e a cozinha e as casas dos serviçais, tudo à sombra de grandes árvores. O chão, de tão regado e batido, estava liso como uma cara de menino. Por tradição, novo chefe escolhia o sítio duma nova Mussumba. Mas Lueji apenas mandou fazer nova onganda para ela, deixando a capital no local escolhido pelo pai. Afinal, era só uma rainha provisória.

Entrou na nova casa, agradada pela frescura que dela se desprendia, despiu os paramentos de cerimónia, ajudada pela mãe, e se lavou. Ficou com o lukano no braço. Apenas o devia tirar quando estivesse com a menstruação, o sangue menstrual conspurcava o lukano e lhe tirava a força mágica. Assim lhe ensinou Kandala e também que nesses dias não se devia mostrar ao povo, nem presidir cerimónias, pois estaria sem força mágica. Pensou, sentada na cadeira esculpida, tinha de inventar estratégias nesses períodos se houvesse alguma maka e a sua intervenção fosse necessária. Os homens não têm destes problemas, podem usar todos os dias o lukano. É, o poder está concebido para os homens. Terei de ser mais esperta que eles.

(PEPETELA. *Lueji*. Lisboa: D. Quixote, 2003, p. 35–37)

José Eduardo Agualusa: *A Conjura*

(1989, LA)

Este romance de José Eduardo Agualusa (1960) apresenta um universo crioulo luandense da época finissecular, em que surgiram os esforços autonomistas. Baseado primordialmente nos artigos jornalísticos, escritos em Angola nos fins do século XIX e início do século XX, o mérito deste romance consiste na recriação desse mundo orientado pelos jornais da época (os jornais entram no romance em forma de epígrafe e são também referidos na própria trama), em que aparecem algumas figuras históricas, tais como Alfredo Troni (autor da noveleta crioula Nga Mutúri de 1882) ou Paixão Franco (autor da História de Uma Traição, de 1911). O universo romanesco do autor, no entanto, não se deixa limitar pelos documentos, cede naturalmente à livre imaginação, contendo, entre outros, cenas inventadas do quotidiano luandense da época, uma intriga amorosa e um mistério por descobrir.

Do Humbe chegavam notícias de mais um massacre perpetrado em nome da paz e da civilização: eram os últimos dias do mês de Junho de mil oitocentos e noventa e oito. Foi por esta altura que o Lima da Alfândega mandou chamar Severino para lhe dizer que tinha no porto um grande caixote em seu nome. E que o dito caixote estava cheio de armas e de munições. Viera da Baía e, a acreditar no Lima, por pouco não fora aberto ao passar a alfândega. Durante três noites de sobressalto, e com a conivência de diversos trabalhadores, Severino, Zeca Alves e Narciso Galeano transferiram todo o conteúdo do caixote para o semidestruído subterrâneo da Ponta da Mãe Isabel.

Não era fácil descobrir a entrada do subterrâneo. Havia primeiro um bosque desgrenhado de espinheiras e depois a terra alteava-se num salto brusco, com dentes de rocha a romperem do barro vermelho, para lentamente voltar a descair em direcção à praia. A entrada escondia-se na base deste pequeno declive, quase completamente coberta por capim alto e uma incalculável confusão de pedras soltas.

Embora Saturnine de Souza entendesse que se deveriam deixar sempre um ou dois homens armados a vigiar a boca do buraco, tal proposta não vingou, pois temia-se que apenas servisse para levantar incómodas suspeitas. Além de que não parecia seguro envolver demasiada gente num segredo tão perigoso.

Assim, o armamento foi deixado em cinco caixas de madeira no interior do túnel, cuja entrada foi depois coberta com pedras e com ramos. Não mais de doze pessoas estavam a par da existência das armas e do subterrâneo. Pormenor importante como se verá depois.

(AGUALUSA, José Eduardo. *A Conjura*. Alfragide: LeYa, 2008, p. 109–110)

Quando completou um século de vida, Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo estava tão magro que perdera a própria sombra e era difícil distinguir onde acabava ele e começava a sua inseparável bengala de couro de elefante.

– O tempo devorou-me as carnes – repetia a quem lhe estranhasse a magreza excessiva. E mostrava depois os pesados botins com reforços de chumbo, explicando que eram a melhor protecção contra os fortes ventos que em certos entardeceres dos meses quentes saltavam do mar e corriam aos uivos pelas ruas como esfaimadas matilhas de mabecos.

Por essa altura já toda a gente se havia habituado a julgá-lo imortal e uma boa parte da cidade regulava os seus hábitos pelos gestos rigorosos do velho ao longo do dia.

Assim, de manhãzinha, mal o viam assomar ao topo da Rua Direita, os lojistas conheciam que era chegada a hora de estender os panos nos varais das portadas, de baptizar os vinhos e de acordar a molecagem para que fosse acudir às vendedeiras de água. E quando, Sol alto, o velho, saindo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, atravessava o Largo da Alfândega para entrar na tasca do Martins, meio mundo largava mão do que estivesse a fazer e ia almoçar sossegadamente, sepultando a cidade num adormecido silêncio de cemitério gentio. Depois, Arcénio saía da tasca e ia sozinho passear pela praia, detendo-se defronte de cada árvore para recolher folhas mortas ou as carcaças transparentes das cigarras, e todo o povo sabia que eram exactamente cinco horas da tarde. O velho regressava arrastado pelos primeiros ventos e era então que os lojistas fechavam as portas e os amanuenses trocavam os escritórios pelos bancos das tabernas ou as bermas sujas dos passeios públicos.

De tal modo estava consolidada esta rotina de mais de quarenta anos que o próprio cónego Nascimento acertava o grande relógio da sua igreja pela chegada do velho, às seis horas e quinze minutos de todas as manhãs. Se acrescentarmos que os cavalheiros da urbe haviam adquirido o hábito de corrigir as suas elegantes maquinazinhas de bolso pelo dito instrumento, talvez percebamos melhor (e Severino percebeu-o ainda muito novo) o quanto a infinita perplexidade do tempo estava em Luanda entregue as ténues mãos de Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo.

(AGUALUSA, José Eduardo. *A Conjura*. Alfragide: LeYa, 2008, p. 113–114)

José Eduardo Agualusa: Nação Crioula – A Correspondência Secreta de Fradique Mendes

(1997, LA)

Continuando na recriação do universo finissecular angolano, o autor aproveita, desta vez, a figura literária criada por Eça de Queirós e outros companheiros da Geração de 70: o mais famoso dândi português e um dos primeiros “heterónimos” na literatura portuguesa, Carlos Fradique Mendes. Seguindo a estrutura da obra queirosiana (Correspondência de Fradique Mendes), este romance epistolar (as cartas datam de 1868 até 1888) apresenta um Fradique cosmopolita que um dia chega a Luanda, onde entre várias figuras representando a urbe angolana, conhece uma mulher pela qual se apaixona (uma escravocrata – embora sendo ela própria a ex-escrava – Ana Olímpia). Para além da intriga amorosa, o romance abunda em descrições pitorescas da sociedade luandense, bem como em peripécias aventu-reiras. Uma atenção especial é prestada à questão do tráfico negreiro.

Carta a Madame de Jouarre
Luanda, Maio de 1868

Minha querida madrinha,

Desembarquei ontem em Luanda às costas de dois marinheiros cabindanos. Atirado para a praia, molhado e humilhado, logo ali me assaltou o sentimento inquietante de que havia deixado para trás o próprio mundo. Respirei o ar quente e húmido, cheirando a frutas e a cana-de-açúcar, e pouco a pouco comecei a perceber um outro odor, mais subtil, melancólico, como o de um corpo em decomposição. É a este cheiro, creio, que todos os viajantes se referem quando falam de África.

Olhando a cidade que se erguia fatigada à minha frente pensei que não devia ter trazido o Smith. Vi-o desembarcar, tentando manter o aprumo de Escocês antigo enquanto cavalgava os dois negros, a perna direita no ombro esquerdo de um deles, a perna esquerda no ombro direito do outro. Chegou junto a mim lívido, descomposto, pediu perdão e vomitou. Disse-lhe: «Bem vindo a Portugal!».

À nossa volta ia um tumulto de gente, rindo e gritando, movendo fardos, arrastando animais. Smith conseguiu ao fim de algum tempo contratar os serviços de duas machilas e lá seguimos, suados e salgados, através de uma sucessão de ruas tortas e mal empedradas. Grupos de nativos conversavam à sombra dos muros ou dormiam estendidos de bruços na poeira. À porta do Hotel Glória esperava-nos a figura extraordinária

de um homem em evidente evolução para ave. Um velho alto, leve, rosto estreito, nariz adunco e olhos redondos e brilhantes:

– Excelência! – gritou estendendo-me a mão. – Sou o Coronel Arcénio de Carpo.

Eu sabia quem ele era. Um cientista austríaco, meu amigo, que durante vários meses estudou nos sertões de Angola a fauna e a flora tinha-me falado dele com entusiasmo: «Em Luanda até o sol lhe obedece. Quase nada sucede na cidade sem a concordância do velho».

A patente de coronel que tão orgulhosamente ostenta – coronel comandante das províncias do Bié, Bailundo e Embo (!) – não tem entanto significado algum para além do honorífico, já que Arcénio de Carpo não é militar, nunca visitou nenhuma destas províncias, que aliás não prestam vassalagem ao governo português e em nenhuma delas existe sequer um corpo de soldados.

Quando soube da minha viagem o meu amigo insistiu em escrever a Arcénio de Carpo. Não sei o que escreveu, mas possivelmente disse-lhe que, instalado na solidão do meu palácio, em Paris, eu comando o movimento dos astros. O certo é que Arcénio me recebeu como a um príncipe:

– Os senhores ficam comigo – disse apontando a fachada escura do Glória. – Isto não é um hotel, é um quilombo.

Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo nasceu na Madeira, filho de um casal de actores ambulantes. Degredado para Angola por crime de pensamento (diz ele), ou comum (murmuram os seus inimigos), mora hoje na Cidade Alta, num amplo solar colonial, de dois pisos, sendo o térreo circundado por um largo balcão em madeira. Esta varanda é durante a tarde protegida por esteiras de palha, a que aqui se chamam luandos, ou luan-gos, artifício que permite manter a casa fresca o dia inteiro. Assim que chegámos, Arcénio enviou aos meus aposentos um rapazito para que me esfregasse o corpo com água-ardente de cana, único remédio, segundo ele, capaz de prevenir as maleitas resultantes do contacto com a água do mar.

A seguir mostrou-me o resto da casa, incluindo o quintal, largo e fundo, que está em parte ocupado com as habitações dos escravos e com armazéns cheios de marfim, de borracha e de cera. Presas aos altos muros vêem-se cadeias de ferro e no centro do pátio existe mesmo um pelourinho que o coronel garante nunca ter utilizado. Ainda há pouco tempo, porém, este mesmo espaço servia para engordar negros trazidos do interior e em trânsito para o Brasil.

Já compreendeu, querida madrinha, como fez fortuna o senhor Arcénio de Carpo? Precisamente: comprando e vendendo a triste humanidade. Ou, como ele prefere dizer, «contribuindo para o crescimento do Brasil». Ainda hoje, a acreditar no que se comenta em Luanda, continua a trabalhar para o crescimento do Brasil. «Os Ingleses nunca me hão-de ver de joelhos», assegurou excitado quando lhe perguntei se persistia na colónia o tráfico negroiro.

Em sua opinião o movimento emancipador tem sido secretamente financiado e organizado pelos Britânicos e Americanos do norte com o objectivo de impedir a

consolidação de uma forte potência na América do Sul: «A América inglesa está superpovoada. Todos os anos chegam milhões de agricultores europeus aos estados do interior. Assim é fácil ser humanista e gritar contra o tráfico. Mas o Brasil, onde o número de colonos europeus é muito reduzido, depende inteiramente dos escravos. Se o tráfico acabar, a agricultura brasileira entra em colapso. Ao mesmo tempo a Inglaterra pretende arruinar as elites que amanhã poderiam governar Angola, e a prova provada de tal aleivosia é que a armada britânica não se limita a apresar e afundar os navios negreiros – tem feito o mesmo a embarcações carregadas com diversos géneros de troca».

O ódio de Arcénio aos Ingleses cresceu muito depois de um episódio que até hoje faz rir os Luandenses. Há alguns anos atrás o velho colono teve o atrevimento de convidar o capitão do cruzeiro britânico *Water-Witch*, encarregue de vigiar a costa ocidental de África, para almoçar num dos seus navios – o *Herói dos Mares*. Findo o almoço voltou-se para o capitão e perguntou-lhe, sorrindo, se estava preparado para actuar contra aquela mesma embarcação:

– Ainda esta noite, ou o mais tardar amanhã, este navio vai largar de Luanda com destino ao nordeste do Brasil levando nos porões quatrocentos escravos.

O capitão riu-se da chalaça e respondeu-lhe no mesmo tom que faria tudo para o impedir. No dia imediato convidou-o para almoçar a bordo do *Water-Witch* e terminada a refeição deu-lhe a notícia de que o *Herói dos Mares* tinha sido apresado e enviado para a Serra-Leoa.

Na forte lógica do senhor Arcénio condenar a escravatura é já dobrar a cabeça diante da arrogância inglesa. Apoiar as sociedades emancipadoras, um acto de traição. E o que pensar dos deputados que, nas cortes, defendem a maior participação da nossa armada na frota internacional enviada para vigiar os mares de África? Arcénio não tem dúvidas:

– O que pensar? Excelência, os Portugueses de hoje são tão pequenos que até cabem em Portugal!

Portugueses como antigamente, da velha cepa de Cabral, Camões e Fernão Mendes Pinto já só restam dois, querida madrinha: ele, e este seu afilhado,

Fradique

(AGUALUSA, José Eduardo. *Nação Crioula*. Lisboa: Dom Quixote, 2007, p. 11–14)

José Eduardo Agualusa: *A Feira dos Assombrados* (1992, LA)

A estória desta novela passa-se entre janeiro e março de 1899, na vila do Dondo, transformada num palco imaginário de tensões sócio-políticas da época. Se o narrador, por um lado, anima um sentimento nostálgico do passado, aproximando-se do tratamento mítico in illo tempore ao exprimir o genius loci do Dondo na esteira dum Assis Júnior, por outro lado evidencia a ameaça do progresso que vem destruindo a imagem do paraíso perdido. A trama consiste num fenómeno invulgar: na margem do rio Quanza vão aparecendo uns afogados de aspeto irreconhecível (decompostos, cada vez menos humanos). Tal facto serve de arranque para os vários acontecimentos, mais ou menos apocalípticos, na vila. Deste modo, a novela apresenta uma dimensão alegórica: a vila do Dondo/o rio Quanza funcionam como um reflexo da situação política dos fins de novecentos, constituindo a metonímia do país atormentado por uma guerra fratricida e absurda.

O primeiro corpo que o rio trouxe ainda nos pareceu humano. Tinha as partes todas de que somos compostos, a pele lisa e sem escamas, como a nossa, e os enormes olhos abertos guardavam até um resto de luz e de calor. Mussoco tinha-o descoberto, dizia ele, preso aos canaviais da margem direita, rio acima, já muito perto de Calulo. Lembro-me que foi a trinta e um de Janeiro, pois o levámos para a casa do capitão Galho (era a mais próxima) e o jovem degredado recebeu-nos à porta, num sólido e frio mutismo de mármore. Como sempre, no aniversário da sua desgraça, trazia vestido o uniforme de gala e o peito refulgia com o esplendor das medalhas. Após uma larga hesitação fez sinal para que entrássemos e ele próprio tratou de ir buscar uma esteira onde estendemos o morto. O padre chegou nessa altura, ainda compondo a batina e resfolegando como um cavalo marinho. Vinha afogado em suor, vacilante e desgrenhado, maldizendo alto a inclemência do Sol. Ao ver o capitão deteve-se com uma expressão de sincero desgosto:

– Virgem Santíssima! – Exclamou – tinha-me esquecido que hoje é trinta e um de Janeiro.

Lentamente tirou do bolso um grande lenço de algodão e pôs-se a enxugar a fronte. Era, possivelmente, o único padre republicano – e bolchevista! – que havia no mundo. Só nos atrevemos a sair com o nosso morto, para o levar à igreja, depois que o sol começou a enfraquecer e o ar se encheu do canto ansioso das cigarras. Cá fora aguardava-nos o inevitável cortejo de carpideiras, «velhas senhoras industriadas», como gostava de repetir Quipangala, «no muito antigo e piedoso ofício de prantear a dor alheia».

Nessa mesma noite baptizámos o estranho com o nome de Lázaro, rezámos por sua alma uma missa breve e ao entardecer do dia seguinte levámo-lo a enterrar com festiva pompa e circunstância. A banda do carpinteiro Brito acompanhou o féretro à frente de

toda a população da vila, tocando para o conforto geral as severas mas agradáveis marchas do costume.

Fez o elogio do morto o velho Quipangala, conhecido aquém e além-matos pelo fulgor do seu verbo, pela côncava voz de catástrofe e pela solenidade que punha em tudo quanto dizia, ainda que nada de extraordinário tivesse para dizer. Para o agrado de Deus Nosso Senhor e perpétuo logro de Satanás, o Maldito, criou para Lázaro uma vida nova em folha, pródiga em devoções e em virtudes. Alongou-se em metáforas de inusitado brilho, falando do defunto como de um amigo de infância, recordando-nos a sua meninice ingênua, o mancebo grave e belo que ele havia sido. Ouvindo-o falar chorámos com ele lágrimas autênticas, já Lázaro se fazia parente de todos, já com a sua morte se extinguia irremissivelmente algo de nós.

Estávamos nisto quando principiou a crescer do rio um grande rumor de vozes. Ninguém se voltou ou desfez a compostura. Em breve, porém, o alarido se tornou mais forte que a poderosa voz do orador e logo se fez tão claro que antes mesmo de vermos surgir os primeiros homens (eram serviçais que trabalhavam na construção da ponte) já todos tínhamos compreendido do que se tratava.

Dessa vez o rio trouxera um cadáver de ossos acanhados, que podia ser de uma criança ou de uma mulher. Porém, este tinha já qualquer coisa de insensato: perdera quase inteiramente a cor, e o rosto (porque demasiado inchado) não apresentava formas. A essa chamamos Ofélia e repetimos com ela o que fizéramos a Lázaro. Todavia a missa foi pobre e às exéquias faltou o lustro habitual. Quipangala tinha bebido em excesso e parecia um funâmbulo tentando a custo equilibrar-se nas altas pernas de garça. Ao invés do esperado elogio da morta quis produzir uma espécie de terna alegoria sobre a beleza da mulher, mas depressa se tornou evidente que falava não da infeliz Ofélia, triste e desconjuntada na sua gaiolazinha de tábuas, e sim da jovem e exuberante esposa do chefe do concelho, Angelina Santoni, por quem alimentava desde há anos uma pública paixão de adolescente.

(AGUALUSA, José Eduardo. *A Feira dos Assombrados*. Lisboa: Dom Quixote, 2001, p. 11–13)

Ungulani Ba Ka Khosa: *Ualalapi*

(1987, LM)

Esta narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa (1957), nome tsonga de Francisco Esáú Cossa, divide-se em seis episódios lembrando contos, sobre a figura do imperador nguni Ngungunhane, o último resistente às campanhas dos portugueses no século XIX, que se tornou emblema da derrota dos negros na retórica colonialista portuguesa da época. Após a inde-

pendência de Moçambique, ocorre a reabilitação desta figura, tornada um herói e um mito nacional. Nesta narrativa, o autor porém, à base de documentação histórica, desmitifica a construção da figura de Ngungunhane, impondo-lhe traços de um chefe autoritário que vinha do espaço da atual África do Sul para dominar e escravizar os grupos étnicos do atual Moçambique. A narrativa aborda o início do reino do imperador até à sua derrota e exílio, através de estórias de outras personagens que sofreram sob o seu jugo. No último episódio, não obstante, antes de embarcar para o exílio, surge a personagem do imperador profetizando o apocalipse que advirá após a sua partida, incidindo em especial sobre a colonização e, mais tarde, sobre a guerra civil. O traço característico da narrativa é a sua oralidade, pela qual se religa à herança cultural pré-colonial moçambicana.

Virou-se repentinamente para a multidão que o vaiava, a uns metros do paquete que o levaria ao exílio, e gritou como nunca, silenciando as aves e o vento galerno, petrificando os homens e as mulheres com as palavras que safam em catadupa e que percorreram, em outras bocas, gerações e gerações em noites de vigília e insónias, dada a força premonitiva que carregavam nessa manhã sem outro registo que o mar sem ondas, o paquete atracado, o Sol com a mesma cor, as nuvens de todos os tempos, a multidão concentrada, Ngungunhane falando, e o corpo bojudo oscilando para a direita e para a esquerda, enquanto os olhos reluziam e as mãos tremiam ao ritmo das palavras que cresciam, de minuto a minuto, como agora em que Ngungunhane dizia a todos, podeis rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada que só teve momentos felizes com a chegada dos nguni que vos tiraram dos abismos infindáveis da cegueira e da devassidão. Fomos nós, homens, que vos tirámos da noite que vos tolhia à entrada ao mundo da luz e da felicidade. As nossas lanças tiraram as cataratas fossilizadas que ostentavam e os nossos escudos esconjuraram os males de séculos e séculos que carregavam no corpo putrefacto. E hoje, corja de assassinos e cobardes, ousais achincalhar-me com toda a força dos pulmões rotos que tendes. É a paga, eu sei, dos bens que os nguni fizeram. Mas ficai sabendo, seus cães, que o vento trará das profundezas dos séculos o odor dos vossos crimes e viverão a vossa curta vida tentando afastar as imagens infaustas dos males dos vossos pais, avós, pais dos vossos avós e outra gente da vossa estirpe. Começareis a odiar os vossos vizinhos, increpando-os dos males que padeecerão nas palhotas sem idade. O ódio alastrar-se-á de família em família, atingindo os animais da vossa estima que passarão a lutar pelos pastos, se de gado bovino ou caprino se tratar. Os galos não se meterão com as galinhas da vizinha e os ratos dividir-se-ão por casas e roerão os bens de uma só família ao longo de gerações e gerações. E aí, seus cães, não terão coragem de erguer a cabeça. A corcova será de tal ordem que tereis filhos e netos com uma bossa interminável e hereditária!

– Há pormenores que o tempo vai esboroando – disse o velho, tossindo. Colocou duas achas no fogo e soprou. Novelos de fumo passaram pelo rosto. Pequenas lágrimas saíram dos olhos cansados e tocaram na pele coberta de escamas. Afastei os papéis. Olhei-o. Era noite.

– Era miúdo ainda – prosseguiu – quando o meu avô me contava histórias de Ngungunhane. E eu tinha medo. Um medo que hoje não consigo explicar. Mas era medo. Quando dormia sonhava sempre com lanças e escudos a chocarem-se na planície, numa planície sem guerreiros, mas com escudos e lanças que se movimentavam, chocando-se constantemente.

Nunca contei ao meu avô os meus sonhos. Receava que ele parasse de contar as histórias de Ngungunhane. E quando contava a voz tremia e os gestos seguiam o ritmo da voz. Morreu a dormir, sonhando alto. De manhã, ao entrar na sua cubata, vi-o deitado ao comprido, olhando o tecto. Falava. A voz tocava-me profundamente. Durante horas seguidas ouvi-o falar. Quis acordá-lo, pois já era tarde. Ao tocá-lo notei que o corpo estava frio. Há muito que tinha morrido. Tiveram que o enterrar imediatamente para que os vizinhos não nos chamassem feiticeiros. E o nosso espanto foi ouvir a voz saindo da cova, uma voz como que vinda de escarpas abissais. O meu pai teve que sentar-se sobre a sepultura e acompanhar, movimentando a boca, a voz do defunto. Os vizinhos e outros familiares distantes sentiram pena do meu pai, pois pensaram que estivesse louco. Noite e dia, durante uma semana e meia, o meu pai abria e fechava a boca.

– Como é que se chamava?

– O meu avô?

– Sim.

– Somapunga. E ele, ao contar-me as histórias de Ngungunhane, repisava alguns aspectos que o meu pai se esquecia e que tu omitiste. E são pormenores importantes.

– Não me recordo de ter omitido nada.

– Quando Ngungunhane falava à multidão que o vaiava, uma mulher, sem aparências de gravidez, teve uma criança sem olhos e sexo. Dois homens tiveram um colapso cardíaco.

– E ninguém reparou?

– Petrificados que estavam com as palavras de Ngungunhane, creio terem sido poucos os que viram.

– A mulher não gritou?

– Não. Deve ter aberto os olhos e a boca antes de desmaiar. Quando deram por ela já estava morta. E o que impressionou as pessoas foi o sangue escorrendo em direcção à fortaleza. O sangue era negro como a nossa pele. E à medida que avançava abria um pequeno sulco pela encosta acima. Os portugueses cobriram com saibro.

– Interessante.

– É, é interessante – disse o velho, soprando o fogo. Pequenas faúlhas saltaram e desapareceram na noite.

Estes homens da cor de cabrito esfolado que hoje aplaudis entrarão nas vossas aldeias com o barulho das suas armas e o chicote do comprimento da jibóia. Chamarão pessoa por pessoa, registando-vos em papéis que enlouqueceram Manua e que vos aprisionarão. Os nomes que vêm dos vossos antepassados esquecidos morrerão por todo o sempre, porque dar-vos-ão os nomes que bem lhes aprouver, chamando-vos merda e vocês agradecendo. Exigir-vos-ão papéis até na retrete, como se não bastasse a palavra, a palavra que vem dos nossos antepassados, a palavra que impôs a ordem nestas terras sem ordem, a palavra que tirou crianças dos ventres das vossas mães e mulheres. O papel com rabiscos norteará a vossa vida e a vossa morte, filhos das trevas.

As mulheres, que tanto estimais, passarão a ser fornicadas como animais nas vossas casas ou nas traseiras das casas destes animais que hoje respeitais mais que os vossos irmãos nguni. Os gritos de dor e de prazer das mulheres perseguir-vos-ão por todo o lado e passareis noites e noites contando os paus do tecto, incapazes de se vingarem da infâmia que tocou as mulheres. Muitos de entre vocês suicidar-se-ão em árvores anãs ou entregar-se-ão aos crocodilos que vos rejeitarão pela cobardia que transportam, e flutuarão pelas águas durante anos e anos sem que um animal aquático se aproxime da carne putrefacta. Outros suportarão a dor e a ignomínia e passarão a acompanhar a mulher à casa do branco, mantendo-se na escuridão do pátio, enquanto a mulher transpõe a porta e entra no quarto donde sairá com insultos do branco que a obriga a tomar banho antes de entrar nos lençóis cheios de esperma e lama, como se ela não tivesse tomado banho de manhã e à tarde, no rio ou em casa. O marido suportará estes insultos ouvindo a água a escorrer pela cútis negra e limpa enquanto aguarda, com um olhar de cadáver, o estertor maníaco do branco e o ofegar da mulher que se contorcerá na cama, libertando sons do fim dos tempos que rebentarão com os tímpanos e as veias donde escorrerá o sangue e as lágrimas da vergonha que atingirão o ponto culminante às altas horas da noite, quando o branco, do parapeito da janela, atirar a moeda da fome que procurará como um sonâmbulo na noite sem estrelas. Seguirá para casa silencioso, incapaz de falar com a mulher que vai tropeçando nos escolhos, envergonhada, aviltada.

(KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Ualalapi*. Lisboa: Caminho, 1990, p. 115–119)